



INFÂNCIA(S), GÊNERO E SEXUALIDADES – SOBRE RESISTÊNCIAS E (RE)EXISTÊNCIAS **Childhood(s), gender and sexualities - on resisting and (re)existing**

Andrea Braga **MORUZZI**

Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
São Carlos, Brasil.

andreamoruzzi@ufscar.br

<https://orcid.org/0000-0001-9406-3915> 

Mais informações sobre a obra no final do artigo ●

A história desse **Dossiê Infância(s), gênero e sexualidades – sobre resistências e (re)existências** começa em 2018. Um ano fatídico em que tivemos empossado como presidente um deputado de extrema direita com um histórico de expressões misogênas, machistas, racistas, homofóbicas e fascistas. Para nós que estudamos infância, gênero, sexualidade, raça e temas ligados a pautas minoritárias, essa eleição representou um desmascaramento profundo da nossa sociedade e da ideia de povo brasileiro acolhedor e democrático. Sabíamos que daquele momento em diante precisaríamos unir nossas forças e resistir profundamente a esse período nefasto.

Um primeiro movimento que se relaciona diretamente com esse dossiê foi feito em 2019 quando na Universidade Federal de São Carlos criamos um evento específico para discussão dessas temáticas abordadas no **I Ciclo de Debates – Infâncias, Gênero e Sexualidade**. Foi um evento muito significativo, ainda de forma presencial, antes da pandemia de covid-19, com a participação de vários grupos sociais, entre eles, de estudantes trans em uma mesa que debatia Violência contra pessoas LGBTQIA+ no município de São Carlos. Já naquela ocasião sentimos a ofensiva de um grupo

conservador que, com o apoio de um vereador local, se dispôs a perseguir e a intimidar as convidadas trans dentro da Universidade.

Em 2020 seguimos com a iniciativa do evento e já em formato *on line* devido a pandemia. Nessa ocasião, conseguimos reunir um grupo bastante significativo de pesquisadoras(es), participantes e ouvintes em torno das temáticas Resistências e (Re)existências. Ficou muito explícito, naquele momento, alguns cenários sobre os quais emergiam essas expressões que marcaram de forma mais veemente, digamos assim, nossos modos de viver de 2018 em diante. A destacar, o aumento significativo de diferentes manifestações de violências contra mulheres, crianças, pessoas trans, negros e negras, encorajadas pelo então presidente da república, e ampliadas no contexto da pandemia de covid-19. Ao mesmo tempo, diante de tantas ocorrências, a oposição imediata de pesquisadoras(es) e profissionais da educação que reagiram, incansavelmente, a cada decreto e projeto de lei promulgados nesse período e que afetavam, diretamente, suas/nossas vidas, das crianças e de todos os grupos minoritários. Nós resistimos, sob as mais variadas formas, resistimos!

Resistir nessa atmosfera foi também (re)existir, isto é, reinventar novos modos de existência em cada contexto singular, do trabalho à convivência familiar, ora misturados e sobrepostos. Nas reexistências encontramos novas formas de nos socializar, nos colocando em contato com pessoas de diferentes países, que também em pandemia, buscavam conexões e redes, ainda que virtuais, de apoio, de trocas, de militâncias e de pesquisas.

Esse dossiê vem a compor um pouco desse movimento dos diversos efeitos e afetos que retratam um tempo, embora agora esperançado, sem fim, porque dele sobrevivemos e aprendemos. Procuramos apresentar nesse Dossiê um debate atravessado por muitas urgências: da necessidade de se pensar as violências, o racismo e as interseccionalidades das opressões, da necessidade de se quebrar os estigmas e preconceitos ainda muito presentes frente às orientações sexuais, às feminilidades ou masculinidades, da necessidade de falar sobre gênero e sexualidades de novo e sempre, da necessidade de pensarmos em políticas de promoção da igualdade e da justiça social, entre outras. Com esse propósito, organizamos esse dossiê em três blocos que se conectam. O primeiro escancara as violências, manifestas nos três primeiros artigos que abrem essa discussão com focos distintos. O segundo bloco dá ênfase às (re)existências, contendo quatro artigos que transitam pela discussão de gênero e raça. O terceiro bloco elucida as redes, apresentando os atravessamentos de infância e gênero sob a ótica de diferentes países, França, Portugal e Moçambique.

Para abrir o primeiro bloco temos o artigo **Violência sexual na infância: gênero, raça e classe em perspectiva interseccional**, de Cristina Teodoro, que vai analisar ocorrências de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes de modo interseccional, considerando as categorias de gênero, raça, classe e idade. Apoiando-se em epistemologias que consideram a interseccionalidade, o artigo explicita que as violências sexuais prevalecem sobre as meninas negras, entre tantas outras crianças vítimas dessa ocorrência. O segundo artigo escrito por Ariane Rico, Haryadny K. Macedo Muniz e Alex Sandro Gomes Pessoa intitulado **Volência intrafamiliar, infância e pandemia: olhares prospectivos em cenários nefastos** foca sua discussão na análise da violência intrafamiliar e na expansão desse tipo de violência no contexto específico da pandemia de covid-19. O artigo aponta o cenário nefasto dos programas que acolhem e atendem vítimas de violência e, ao mesmo tempo, apresenta modelos de intervenção já testados que podem contribuir para se pensar formas de atendimento mais eficazes. O terceiro artigo vai problematizar sobre **O lugar do Conselho Tutelar nos casos de violência contra crianças e adolescentes - uma experiência em São Carlos-SP**. Escrito por Andrea Cadena Giberti, Leandro Dantas, Larissa Alves de Camargo Albino e Marisa Adriane Dulcini Dermazo, o texto historiciza os direitos das crianças e move reflexões sobre o funcionamento desse órgão que tem por dever a defesa desses direitos. Nessa abordagem apresentam a realidade do funcionamento do órgão, seus desafios e problemáticas.

O segundo bloco de artigos concentra discussões sobre (re) existências que estão presentes em corpos e vidas de crianças dissidentes, de crianças negras e de homens e mulheres que interrompem com as barreiras da masculinidade tóxica e compulsória e de uma feminilidade normativa. Nesse campo apresentamos primeiramente o artigo **Quem “inventou” essa criança trans? o caso de Coy Mathis e a visibilidade de uma criança trans na mídia brasileira** escrito por Bianca Neves Borges da Silva e Andrea Moruzzi. O debate apresentado nesse texto procura problematizar a maneira pela qual uma criança trans é visibilizada na mídia brasileira, a partir de narrativas que são cisgêneras e patológicas. O artigo problematiza a transgeneridade infantil sugerindo que essa narrativa inventa uma criança trans dentro dos padrões citados para que essa criança seja aceita e incorporada na sociedade hetero. O artigo **Literatura infantil e juvenil negra: o lugar da menina negra** escrito por Ayodele Floriano Silva, Maria Fernanda Luiz e Anete Abramowicz vai problematizar a maneira pela qual as crianças meninas negras são historicamente apresentadas nas literaturas infanto-juvenis mostrando as poucas referências de produções que protagonizam as meninas negras e

pobres, destacando o lugar subalternizado dessas crianças também na literatura. O artigo destaca também que as produções literárias infantis que vem a protagonizar meninas negras são, em geral, de autoria de mulheres negras, que já experimentaram essa ausência de representação, se colocando no lugar dessas crianças e agindo no intuito de produzir novas experiências para crianças meninas negras a partir da literatura infanto-juvenil. **Infâncias e feminidades nas ciências pós-pandêmicas: novos modos de re-existência** é o artigo de Carolina Rodrigues de Souza e Marcos Pires Leodoro. O debate deste texto visa problematizar a ciência, sua constituição patriarcal e androcêntrica em oposição à potência e o devir da criança e sua cultura, bem como, da presença das mulheres e de suas pesquisas na produção científica. Trata-se de um artigo que discorre e apresenta novos modos de pensar e fazer ciência a partir da infância e da presença feminina nesses contextos. Se, por um lado, este artigo apresenta a presença, majoritariamente, masculina na ciência e a necessidade de reinventar essas produções, o texto **Homens feministas e a educação infantil – por uma pedagogia feminista** de Peterson Rigato da Silva destaca a presença majoritária de mulheres no campo da educação infantil, devido às concepções patriarcais historicamente construídas sobre as mulheres, delegando à elas as tarefas de cuidado, proteção e educação das crianças pequenas. Ser homem e feminista nesse espaço emerge também como uma forma de resistir e reinventar as práticas na Educação Infantil. As ponderações feministas permeiam o artigo que mobiliza um conjunto de reflexões sobre resistências, travessias, movimentos e devires de mulheres e crianças na luta contra diferentes formas de opressão.

O terceiro bloco desse dossiê apresenta artigos que elucidam as redes, as parcerias e os movimentos que fizemos ao longo desses últimos anos, que nos possibilitam enxergar o debate de infância e gênero a partir de três realidades distintas. **A construção de uma política pública de gênero e cidadania na educação de infância portuguesa** de Carolina Faria Alvarenga, Thuanny Aparecida Nogueira e Maria João Cardona faz a análise do processo de construção de um guia específico para educação de crianças pequenas em Portugal, com base na ideia de cidadania e igualdade de gênero. O artigo faz entrevistas com profissionais envolvidas nesse processo e contextualiza o histórico de políticas de gênero em Portugal, possibilitando tecer comparações e refletir também sobre as políticas dessa natureza no Brasil. Já o artigo **A pessoa ter dezanove para lá não prejudica”: o casamento prematuro na perspectiva de crianças e adolescentes em Moçambique** de autoria de Elena Colonna problematiza as relações hierárquicas de uma sociedade gerontocrata e da

senioridade, advindas de diferentes instâncias, como família, escola, governos locais e internacionais que estimulam, promovem e negligenciam os problemas do casamento precoce na vida de crianças e jovens meninas de Moçambique. O artigo também mobiliza o olhar para a pesquisa com crianças e jovens, na perspectiva de que elas são atores sociais e têm algo a nos dizer sobre essa prática. Por fim, encerrando esse bloco e também esse dossiê, o artigo **L’histoire des crèches collectives et de ses acteurs en france, un apport pour la question: petite enfance et rapports sociaux de sexe**, escrito por Catherine Bouve, relata a relação direta entre a história das creches coletivas na França e a moralização das crianças pobres por uma sociedade burguesa e de elite. O artigo elucida a presença de diferentes discursos morais e patriarcais que engendrados compuseram essa perspectiva de educação para crianças pequenas na França, trazendo uma narrativa que se assemelha em muitos aspectos com a história das creches brasileiras.

Encerramos esse dossiê satisfeitas com o que conseguimos reunir em termos de debates e reflexões e sobretudo, compreendendo a necessidade de seguirmos a tentas e fortes para tudo o que está por vir e para tudo o que ainda precisamos construir. Entendemos ainda que essa luta, contra todas as formas de opressão, contra violências de todas as naturezas, contra a ignorância, contra o medo e a desinformação é transnacional, contínua e muito além do trabalho acadêmico. Por isso, deixamos esse convite para fazermos, para além de uma boa leitura, proposições efetivas de mudanças em cada instância em que atuamos.

Andrea Braga Moruzzi